

# Capital Fictício, Educação e Disputa pelo Fundo Público: Um Estudo sobre a Lógica Contemporânea da Privatização

Lalo Watanabe Minto  
Luciana Sardenha Galzerano

**Como citar:** MINTO, Lalo Watanabe Minto; GALZERANO, Luciana Sardenha. Capital Fictício, Educação e Disputa pelo Fundo Público: Um Estudo sobre a Lógica Contemporânea da Privatização. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.97-128. DOI:  
<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-505-6.p97-128>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

### 3.

## CAPITAL FICTÍCIO, EDUCAÇÃO E DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE A LÓGICA CONTEMPORÂNEA DA PRIVATIZAÇÃO<sup>1</sup>

*Lalo Watanabe Minto*<sup>2</sup>

*Luciana Sardenha Galzerano*<sup>3</sup>

---

A tendência global de privatização da educação vem sendo apontada por diversos estudos e autores/as do campo educacional, além de trabalhos que interseccionam análises sobre a educação, as políticas sociais e suas determinações econômicas<sup>4</sup>. Em diálogo com as vertentes críticas dessa produção e, também, com os estudos que têm se dedicado à análise teórica marxista da fase contemporânea da

---

<sup>1</sup> Versão revisada e ampliada do estudo publicado na revista ECCOS, em 2018, sob o título “Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização”.

<sup>2</sup> Formado em ciências econômicas, com mestrado e doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Educação e Crítica social” (GEPECS).

(lalo@unicamp.br)

<sup>3</sup> Formada em Pedagogia, mestre em educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

(lucianasgalzerano@gmail.com)

<sup>4</sup> Autores em distintos contextos e sob diferentes perspectivas discutem a privatização da educação, Destacamos Dale (1994), Belfield e Levin (2002), Ball e Youdell (2007), Robertson e Verger (2012).

acumulação capitalista, bem como de sua crise estrutural, neste artigo nos apropriamos dessa literatura e destacamos três das dimensões que consideramos essenciais para compreender a fase mais recente da privatização da educação. São elas: a centralidade do capital fictício, os movimentos de concentração e centralização de capitais e as disputas pelos fundos públicos.

Trata-se de analisar as formas pelas quais o capital viabiliza, na sociedade contemporânea, a geração de valor para se acumular e se concentrar. Esse é um movimento que tem no Estado um de seus agentes fundamentais, portanto, a privatização da educação não é vista numa ótica jurídico-formal, como mero deslocamento entre as “fronteiras” do público/estatal e do privado/não estatal.

Na fase contemporânea do modo de produção capitalista tem-se observado, ademais, um movimento de reversão de conquistas e direitos sociais por todo o mundo; um processo que impinge uma retração da esfera pública e tem como veículo um arcabouço ideológico que busca se legitimar demandando a ‘redução’ do Estado e a conseqüente ampliação da margem de controle e regulação desses espaços pela lógica do capital. O que ocorre, de fato, é uma minimização das funções públicas do Estado, abrindo caminho para um fortalecimento da sua dimensão coercitiva e repressiva. (HARVEY, 2012, p. 87)<sup>5</sup>

Como o que está em jogo é a proteção das corporações privadas e de seus interesses, e o capital precisa apropriar-se de todos os espaços possíveis de acumulação e realização de valor, fazer frente

---

<sup>5</sup> Ainda que não seja do escopo deste artigo, é fundamental lembrar que a relação entre Estado e acumulação não é mecânica e rígida. Ao longo da experiência histórica, as lutas e conflitos sociais instituem formas de oposição a esse movimento, promovendo uma retração na base de exploração que o capital consegue viabilizar por meio da ação estatal e da exploração da força de trabalho.

à crise, do ponto de vista do Estado, significa tratar a pobreza e as formas de manifestação da ‘questão social’ numa ótica de criminalização crescente<sup>6</sup>. A violência desencadeada pela reestruturação é, a um só tempo, física, simbólica e política; os conflitos sociais provenientes das próprias contradições do desenvolvimento capitalista passam a ser decididos

[...] ao sabor dos interesses voláteis do capital *financeirizado*: é como se não houvesse regras; o Estado é chamado a atuar, com a violência que for necessária, para *garantir a acumulação*, razão pela qual o “ajuste fiscal” não é colocado no plano da *negociação* mas da *imposição*. (MINTO, 2018a, p. 295, grifo do autor).

Em sintonia com as teses de David Harvey, Paulani (2008, p. 121) afirma que um expediente típico dos processos de acumulação primitiva é acionado:

O resgate desses expedientes violentos minoraria as consequências da sobreacumulação, visto que desbravaria “territórios” para a acumulação de capital antes fora de seu alcance. Em outras palavras, estaríamos agora numa época de “acumulação por espoliação”, em que se aliam o poder do dinheiro e o poder do Estado, que dela participa sempre (ou diretamente, ou por conveniência, ou por omissão). Vários são os exemplos desse tipo de processo [...]. Em todos eles, sem a participação do Estado, sem sua administração em benefício do *business*, esse tipo de acumulação primitiva não existiria.

O objetivo deste estudo é apontar algumas das tendências que têm caracterizado a privatização da educação (básica e superior) nesse

---

<sup>6</sup> Tem-se aí um processo que alguns autores denominam de despolitização da ‘questão social’. Sobre isso, ver Oliveira (2007), Montaña (2008), Pinassi (2011), Netto (2013).

contexto de crescente mercantilização e vinculação com as formas predominantes do capital fictício.

## 1. Centralidade do capital fictício

Vários autores<sup>7</sup> e autoras têm se dedicado ao estudo dos recentes processos de crise e daquilo que muitos nomeiam como financeirização. Seguindo uma linha próxima a desses estudos, concordamos que, para compreender tais processos, é fundamental recorrer ao debate empreendido por Marx no Livro III d'O capital<sup>8</sup>, bem como a uma de suas principais categorias, a de capital fictício. Se as ideias de Marx sobre essa temática não estavam 'concluídas' e, evidentemente, muitas coisas mudaram desde a sua época, é certo que o autor nos legou um arcabouço teórico essencial para a apreensão dos movimentos fictícios do capital. Vamos retomar, brevemente, parte dessas formulações clássicas e indicar alguns dos debates contemporâneos que vem animando esse campo.

No livro III d'O Capital, Marx trata da evolução do sistema de crédito capitalista em ligação com o capital portador de juros<sup>9</sup>. Em princípio, o capital-dinheiro aparece como um empréstimo realizado por um prestamista a um capitalista individual, que precisa de capital

---

<sup>7</sup> Destacamos Foster (2007); Carcanholo e Sabadini (2009); Duménil e Lévy (2011); Shaikh (2011); Harvey (2013); Carcanholo (2018). Sobre a financeirização das políticas sociais, recomendamos a leitura de Brettas (2020). O estudo mais completo e rigoroso que conhecemos sobre o caso do ensino superior no Brasil é o de Seki (2021).

<sup>8</sup> Para discussão mais aprofundada faz-se essencial a leitura de Marx (1991; 2017), bem como de estudiosos contemporâneos como Prado (2014) e aqueles reunidos em Gomes (2015).

<sup>9</sup> Diferentes edições brasileiras d'O Capital traduzem termos importantes da obra de formas distintas. As edições aqui mais utilizadas, como as da Editora Civilização Brasileira (Marx, s/d; Marx, 1991), adotam a expressão *capital produtor de juros*. Para a finalidade deste estudo, optamos pela utilização da tradução *capital portador de juros*, presentes nas edições das editoras Nova Cultural e Boitempo.

para reinvestir na produção. O valor de uso do dinheiro, portanto, além de ser dinheiro, é o de funcionar como capital, isto é, apropriar-se de uma parcela do valor já produzido socialmente. Nessa transação, o retorno do capital “não parece mais resultar do processo de produção e tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro.” (MARX, s/d, p. 403) O capital portador de juros, portanto, é uma mercadoria cujo valor de uso é produzir mais-valia – para quem o possui e para quem o vai tomar emprestado. O proprietário desse capital não deixa de ter a sua propriedade, sendo, portanto, o ‘ponto de chegada’ do processo de valorização: não há compra nem venda convencionais. Por isso, no caso do capital portador de juros, seu elemento distintivo estava na “forma externa do retorno, dissociada do ciclo mediador” (MARX, s/d, p. 401), criando a ilusão de que dinheiro produz dinheiro e que o lucro desse prestamista era proveniente de um contrato jurídico estabelecido entre ambos, mas não da produção. Tem-se aí o ápice do fetichismo. (MARX, s/d, p. 403)

Uma vez constituída a forma do capital portador de juros e desenvolvido o sistema financeiro (concentração do capital-dinheiro; expedição de títulos de propriedade sobre ganhos que, num primeiro momento, estão vinculados a atividades reais e concretas), as movimentações de capital-dinheiro podem se expandir de modo a ultrapassar sua conexão com a base material, criando o que Marx chama de uma existência fictícia:

Ao desenvolverem-se o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse “capital-monetário” é, em sua maior parte, puramente fictício. Todos os depósitos, com exceção do fundo de reserva, não são

mais que créditos contra o banqueiro e jamais existem em depósito. (MARX, 2017, p. 527-528).

Criam-se situações (na esfera da circulação), portanto, que tornam ainda mais efêmera a percepção da conexão real existente entre o processo efetivo de valorização do capital e as formas de papéis e títulos que concedem direitos sobre parcelas desses ganhos. O capital é fictício pois, em grande medida, não tem existência efetiva, por isso, pode circular mudando de mãos sem que sua lógica de valorização obedeça necessariamente àquela operada na produção real. Essa circulação potencializa a lógica da acumulação, ao mesmo tempo que intensifica suas contradições. Para os capitalistas proprietários de capitais nessa forma, manter investimentos no setor financeiro é uma forma de ficar “longe” da produção real de valor e de suas instabilidades e limitações, como por exemplo a do tempo necessário para que o ciclo do capital se complete.

Com títulos – que dão direito a ganhos futuros – mudando de propriedade incessantemente, cria-se um movimento autônomo em relação ao movimento do capital real. Por isso, é que o valor desses títulos também pode variar imensamente sem ter relação com a variação do valor real do capital que representam:

Ganhar ou perder em virtude das flutuações de preço desses títulos de propriedade e de sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc. converte-se cada vez mais em obra do acaso, que agora toma o lugar do trabalho como modo original de aquisição da propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Esse tipo de riqueza monetária imaginária constitui uma parte considerável não só da riqueza monetária dos particulares, mas também [...] do capital dos banqueiros. (MARX, 2017, p. 535)

Para que possamos ir adiante e passar ao modo como essas elaborações clássicas de Marx no Livro III têm sido mobilizadas para tratar da crise atual e do processo financeirização, é importante indicar que essa expansão do capital fictício está diretamente conectada com outras teses fundamentais desenvolvida pelo autor. Para Marx (1991; 2017), há uma tendência gradual de queda na taxa média de lucro, já que o desenvolvimento das forças produtivas, sob o modo de produção capitalista, tende a reduzir o dispêndio de capital naquilo que é o elemento gerador de valor (e mais-valia): a força de trabalho. Nunca é demais ressaltar que esta é uma tendência e, como tal, sujeita à análise histórica concreta e no decurso de longos períodos; análise esta, aliás, por meio da qual se observam fatores de contra tendência à lei. O investimento no setor financeiro é, precisamente, um desses fatores, de modo que a expansão das formas fictícias de capital tende a “resolver”, apenas temporária e precariamente, uma das maiores dificuldades que se impõe à acumulação: a quantidade crescente de capital fixo necessário para que se mantenham/ampliem os níveis de lucratividade dos capitais em dado período.<sup>10</sup>

Outro apontamento fundamental é aquele que recupera a noção de que, embora pareça se autonomizar em relação ao movimento do capital real (produtivo), tudo o que se refere a essa movimentação fictícia, na realidade não se desconecta da produção de valor. Ao falar em ápice do fetichismo, Marx indicava exatamente isso, da mesma forma que já apontava para uma característica extremamente atual da acumulação capitalista, a sua crescente violência na extração do valor, colocando por terra quaisquer padrões civilizatórios construídos durante o século XX e abrindo caminho

---

<sup>10</sup> Para mais informações, ver o livro III d'O Capital, em especial os capítulos 13, 14 e 15.



para novas e avançadas formas de espoliação, exploração e manifestações sociais dos conflitos sociais entre as classes.

### **1.1. Capital fictício e crise estrutural**

Carcanholo e Sabadini (2009) retomam o referencial marxiano fazendo um alerta em relação ao uso das categorias capital fictício e capital portador de juros:

[...] o capital a juros não pode ser confundido com o capital fictício que gera. Aquele corresponde a uma riqueza real que foi produzida sob a forma de excedente; este último é puramente fictício do ponto de vista global. O capital fictício gerado nessas condições é como o ‘reflexo em um espelho’ do capital a juros. São dois capitais diferentes: um é real e o outro submetido à dialética real/fictícia. (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 43)

Para esses autores, o capital fictício muda de caráter ao transformar-se de polo dominado em polo dominante: o nomeiam, por isso, de capital especulativo parasitário e a atual fase desse modo de produção, de capitalismo especulativo. A esta fase corresponderia, também, uma nova forma, a dos “lucros fictícios”. Tal qual o capital fictício, esses também devem ser analisados dialeticamente: sob o ponto de vista individual, são reais, mas, na totalidade, não possuem realidade substantiva, pois não advêm do excedente-valor produzido pelo trabalho. Ainda segundo os autores, esses lucros “[...] são pura ‘fumaça’”. Da mesma maneira que apareceram como mágica, da noite para o dia, podem desaparecer a qualquer momento, em razão das oscilações especulativas dos valores dos ativos.” (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 50)

Os “lucros fictícios”, complementam Carcanholo e Sabadini (2009), aparecem como estratégia para se contrapor à tendência de queda da taxa de lucro, mas não se sustentam para a continuidade da acumulação capitalista sem um incremento adicional da exploração do trabalho. Ou seja, para que outros setores, como o financeiro – onde não se produz o valor – mantenham sua dinâmica de ampliação é necessário que as fronteiras da exploração da força de trabalho, onde efetivamente se produz o valor, também o sejam.

As leituras que retomam as formulações clássicas do Livro III d’O Capital, encontram material vasto para interpretações a respeito da dinâmica contraditória que a expansão do capital fictício gera, a um só tempo como válvula de escape da acumulação e expressão de seu esgotamento. Nesse sentido, Gomes (2015a, p. 18) afirma que a crise atual foi ocasionada pela “redução da rentabilidade do capital produtivo e a busca por compensar a perda de oportunidades de valorização, pela via da especulação.” São desordens econômicas que atingem sucessivamente diversos países e que, após três décadas, se veem agravadas quantitativa e qualitativamente: após 2006 e, especialmente, em 2008, há uma evolução exponencial, com a emergência da crise desencadeada no mercado imobiliário dos Estados Unidos, espalhando-se a partir do centro do sistema para todo o mundo. (HERRERA, 2015)

A atual etapa da acumulação capitalista, portanto, seria distinta das anteriores, especialmente daquele período que vai do pós-2ª Guerra Mundial a meados da década de 1970. O que define essa especificidade é a dominação do capital especulativo parasitário sobre todas as outras formas de capital (GOMES, 2015a, p. 14-15), e não propriamente as questões ligadas à globalização, às consequências da reestruturação produtiva e, ainda, das políticas neoliberais sobre as formas de organização do Estado e da vida social.

O processo de reestruturação capitalista foi uma expressão dessas tentativas de recuperação dos níveis de acumulação obtidos nos anos do pós-guerra, via ampliação crescente das “formas fictícias do capital” (MARQUES; NAKATANI, 2013, p. 65). Circulando mais rápido e facilmente, houve um aumento do “fluxo internacional de capitais para as economias onde essas condições eram mais favoráveis, com destaque para a taxa de exploração da força de trabalho elevada.” (id.ib.)

Noutros termos, o caráter estrutural da crise do capitalismo na passagem para o XXI, se explica pelo que Carcanholo (2018, p. 27) denominou de “predomínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total”. Seguindo o raciocínio do mesmo autor, a crise estoura porque a dinâmica de crescimento do mercado de capitais fictícios, num cenário de dificuldades econômicas crescentes, com os capitais buscando opções de investimento rentável e alto grau de desregulamentação no setor, impulsiona uma “lógica autoexpansiva” no mercado: primeiro como ciclo virtuoso (que consegue se autofinanciar e reproduzir, sobretudo pela alta nos preços dos bens envolvidos – caso das hipotecas imobiliárias) e depois como “vicioso” (queda abrupta dos preços, afetação do sistema bancário credor dos papéis “podres”<sup>11</sup>, desvalorização dos imóveis e assim por diante).

---

<sup>11</sup> Referência ao chamado segmento *subprime* do mercado, para o qual se expande a oferta de crédito de modo desproporcional, criando instabilidade, haja vista que são tomadores de empréstimos considerados de menor expectativa e garantias de que consigam pagar suas dívidas (Carcanholo, 2018, p. 28).

## 1.2. Impactos na economia brasileira

Os impactos desse processo sobre a economia brasileira foram intensos: ampliou-se a heterogeneidade estrutural de nossa base produtiva, alterando igualmente as formas de inserção das classes e frações de classes locais na dinâmica do novo padrão de acumulação de capital em escala mundial. Apesar de sua tardia liberalização econômica e financeira nos anos 1990, o Brasil se tornou um dos destinos preferenciais dos capitais internacionais, cuja entrada no após Plano Real passou a ser concentrada cada vez mais no setor de serviços (MARQUES; NAKATANI, 2013, p. 73-76). Nos governos FHC, Lula e Dilma predominou uma orientação macroeconômica comum; setores que podiam ser capturados pelos grandes capitais internacionais sofreram os maiores impactos e, nesse sentido, a neoliberalização do país também foi um processo de desnacionalização e de desindustrialização. Era a ideia de que o país

[...] pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior [...]. Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Em seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia absoluta [...] completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo. (PAULANI, 2008, p. 131-132)

Essa forma de inserção na economia mundial no âmbito da predominância do capital fictício não vem se desenvolvendo sem conflitos, mas tem sido predominante o suficiente para acelerar e aprofundar as relações de dependência, estruturais à nossa condição

periférica. Houve mudanças pontuais entre os governos brasileiros, mas não a ponto de desautorizar aquelas medidas governamentais que foram tomadas estrategicamente para conferir flexibilidade ao capital: desterritorialização da produção; desregulamentação dos mercados, principalmente o financeiro; diminuição de proteção ao trabalho; ataque aos sindicatos; redução e privatização parcial de sistemas de seguridade social, de empresas e serviços estatais. Eis a razão pela qual Carcanholo se opôs a uma leitura convencional sobre essa mudança:

Ao contrário da ideia mais difundida, o neoliberalismo não se define por uma política econômica ortodoxa (superávits primários na política fiscal, regime de metas inflacionárias para a política monetária e regime de câmbio flutuante). (CARCANHOLO, 2018, p. 33).

O que define o neoliberalismo é o aprofundamento estrutural dos mecanismos de transferência de valor que caracterizam a dependência de economias como a brasileira: daí a necessidade de abertura e liberalização comercial, ampliação das privatizações e desnacionalização da economia, processo que é garantido institucionalmente por meio das chamadas “reformas estruturais”. No que interessa diretamente a este estudo, trata-se então do aprofundamento da condição dependente pela via da transformação de setores diversos em oportunidades de acumulação. (PAULANI, 2008; NETTO; BRAZ, 2012; LAVINAS; GENTIL, 2018; BRETTAS, 2020). Este é o caso dos serviços sociais em geral, do qual não escapa a educação; motivo pelo qual organismos internacionais como Banco Mundial, a OCDE e o FMI tiveram importante contribuição na disseminação de toda uma agenda privatista para a educação. (ROBERTSON; VERGER, 2012; PRONKO, 2015)

## 2. Concentração e centralização de capitais na educação

Na área educacional brasileira esse processo tem ocorrido via formação de grandes conglomerados, com envolvimento direto com o setor financeiro. É lícito lembrar que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) autorizou às empresas educacionais o ingresso em mercado de ações e que, além disso, a existência de instituições com fins lucrativos possui respaldo legal. (SGUISSARDI, 2015, p. 871)

A conexão entre as atividades educacionais e as formas fictícias de capital pode ser observada pela presença dos chamados fundos *private equity* e pela abertura de capital das empresas que atuam na área (CARVALHO, 2013, p. 770). As primeiras ofertas públicas iniciais (*Initial public offer*) são de 2007 e, desde então, têm prosperado na educação brasileira, conforme já sinalizava a *Reuters* em 2013:

O setor educacional brasileiro tem crescido a taxas de dois dígitos nos últimos anos, rendendo 11 bilhões de dólares ao ano [...] Banqueiros disseram à Reuters que as ofertas públicas iniciais se transformaram em uma viável estratégia de captação de recursos para os operadores universitários, escolas de línguas e fornecedores de sistemas de aprendizagem, assim como as fusões e aquisições impulsionaram a atividade ao longo dos últimos dois anos. (PARRA-BERNAL, SCHINCARIOL, 2013, tradução nossa)

Os dados apresentados por Sguissardi (2015, p. 870) destacam, ademais, que o setor educacional foi o mais lucrativo na Bovespa em 2014:

De agosto de 2012 a agosto de 2014, por exemplo, enquanto o Ibovespa (índice do total de cerca de 350 empresas) teve uma redução de 3,67%; a Vale (VALE5), redução de 13,48%; e a Petrobras (PETR4), valorização de 9,32% de suas ações; a Kroton (KROT3) teve uma valorização de 314% e a Estácio (ESTC3), 240,97% de suas respectivas ações.

A maior capacidade de captar recursos, via formas fictícias de capital, amplia significativamente o potencial dos negócios e, portanto, de rentabilidade associada à área educacional. Uma das principais consequências disso é o processo de concentração e centralização dos capitais, que abordaremos, nesta seção, adotando os conceitos de concentração e centralização formulados por Marx.

O primeiro relaciona-se ao crescimento de capitais individuais e de capitalistas; o segundo refere-se a uma redistribuição dos capitais já existentes, independentemente do crescimento do volume do capital social. Tais processos são complementares, segundo Marx (2013, p. 703): “[...] a acumulação [...] é um procedimento extremamente lento se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo dos componentes do capital social.”

Na atual etapa do desenvolvimento capitalista, o capital está mais concentrado do que em qualquer outro período; concentração reforçada pelo movimento de centralização mediante fusões/aquisições (CHESNAIS, 1997). Na contribuição de Netto e Braz (2012, p. 224), que analisam historicamente a constituição desses processos, temos a indicação de outra dimensão que é profundamente afetada, a do poder político:

[...] em consequência dessa concentração e centralização, os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se

tornaram *corporações megaempresariais*) desenvolveram interações novas [...], nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram *um poder decisório especial*. No topo dessas articulações, figura um restrito círculo de homens (e umas poucas mulheres) que constitui uma *nova oligarquia*, concentradora de um *enorme poder econômico e político*.<sup>12</sup> (grifos no original)

Os autores ressaltam, ainda, que por meio dos *lobbies* desses grupos tomam-se decisões que afetam a vida de bilhões de homens e mulheres, “sem qualquer conhecimento ou participação destes.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 236-237). Além de seus dispositivos próprios, o grande capital instrumentaliza diretamente a ação dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Unesco e outros), impondo aos Estados, sobretudo os periféricos, os chamados ‘ajustes estruturais’, que vão de diretrizes macroeconômicas até reformas educacionais.

É nesse contexto mais amplo que vem ocorrendo, no Brasil, o que alguns autores denominam de tendência de oligopolização do ensino superior (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2005; SGUISSARDI, 2008, 2015; OLIVEIRA, 2009; CHAVES, 2010; SEKI, 2021). Trata-se de um processo de concentração e centralização, caracterizado por aquisições e fusões que dão forma a grandes conglomerados. Dados sistematizados pela consultoria Hoper Educação (2016, p. 102 - grifos do autor) apontam essa evidência:

---

<sup>12</sup> Paulani (2008, p.124) afirma que, no capitalismo contemporâneo, “uma série de setores econômicos [são] dominados mundialmente, na maior parte dos casos, por não mais que uma dezena de grupos empresariais.”



O fenômeno da concentração de mercado no setor de educação privada no Brasil é uma realidade, que não terá retrocesso. Há 13 anos, os 20 maiores grupos educacionais detinham em torno de 14% do mercado, em relação ao total de alunos. Em 2015, estimamos que os 12 principais grupos educacionais concentram 43,9% da quantidade de matrículas em cursos de graduação (Presencial e EaD) e Pós-graduação.

[...]. Em conjunto, os quatro primeiros grupos educacionais do *ranking* detêm 33,9% de *share* de matrículas, ou seja, 1/3 do total de matrículas no Brasil. A quantidade de instituições pertencentes a esses quatro grupos é 219, cerca de 10,5% do total de instituições privadas de ensino superior.

Quando se diferenciam as atividades presenciais e a distância a situação é ainda mais evidente: das 92 instituições privadas existentes, as 22 consideradas de grande porte concentravam 93% dos matriculados no EaD. Estudo da FGV sobre as ‘S.A.’ no mercado do ensino superior apontou que as várias formas de realização do EaD “são amplamente dominadas pelo setor privado e majoritariamente pelos grupos de capital aberto” (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 78), tendo como uma das razões mais relevantes o fato de que são grupos que estão capitalizados e que, por isso, conseguem investir no uso da tecnologia como forma de redução dos custos.

No caso da educação básica privada, o movimento de concentração e centralização já estava presente, ainda que em menor dimensão se comparado ao ensino superior. Estudos desenvolvidos por Adrião (2011), Cassiano (2013), Pinheiro (2014) e Galzerano (2022) apontaram essa tendência, com foco nas políticas destinadas ao provimento de materiais didáticos. A Somos Educação constituía o caso mais emblemático: desde que foi listada na Bovespa, em 2011, o grupo adquiriu, até o ano de 2018, 44 marcas (GALZERANO, 2022).

Outros fatores políticos também contribuíram para a formação desses conglomerados. Destacam-se as negociações da Rodada Uruguai, que resultou na criação, em 1995, da OMC e do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS), acordo que foi assinado por países membros da OMC com o intuito da liberalização progressiva dos serviços. Se, por um lado, o Brasil não aderiu à proposta de abrir o seu setor educacional, por outro lado, pouco ou nada fez para impedir a expansão do setor privado com fins lucrativos, legitimando (também por omissão) as fusões e aquisições e a abertura de capital de grupos educacionais em bolsa de valores (TASQUETTO, 2016). Caminha na mesma direção o acordo sobre o comércio internacional de serviços, que vem sendo discutido por 50 países desde 2012. O *Trade in Services Agreement* (Tisa) objetiva promover e ampliar a desregulação e a liberalização do comércio, ignorando as regulações e normativas estatais e beneficiando as corporações. Em 2016, o Brasil entrou para a negociação. (GALZERANO, 2022)

### **3. Disputas pelo fundo público**

As disputas pelo fundo público no campo educacional, em tempos de predominância das formas fictícias do capital, não ocorrem de forma simples. Por isso, como apontado inicialmente, consideramos restrito o entendimento de que tais disputas e as formas de apropriação que dela decorrem representariam apenas um deslocamento da 'fronteira' entre a educação pública/estatal e a privada/não estatal.

Durante o processo de reforma do Estado na década de 1990 intensificou-se essa disputa também no campo ideológico, razão do questionamento sistemático de certas identidades instituídas,

sobretudo aquela entre Estado e esfera pública. Trata-se de uma manipulação ideológica que pretende asseverar que Estado, sociedade civil e mercado são como ‘setores’ distintos, ocultando o fato de que, em cada um deles, as contradições entre interesses públicos e privados se fazem presentes (MONTAÑO, 2008, p. 38). A consequência política mais importante dessa disputa foi a de promover a noção de que o setor mais apropriado para exercer funções públicas não é o Estado, mas sim o chamado ‘terceiro setor’ – na realidade o privado habilitado a angariar e utilizar fundos públicos como plataforma para negócios –, nos termos da reforma, o denominado público não estatal.

Assim, uma das mudanças estratégicas operacionalizadas pela Reforma do Estado foi o progressivo desmonte dos serviços públicos instituídos e/ou referendados pela Constituição de 1988, por mais que tenham sido “historicamente limitados e socialmente seletivos.” (FONTES, 2010, p. 244). Ainda para essa autora, a estratégia de atribuir todos os problemas ao Estado tinha o intuito de “gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa, políticas públicas voltadas para a maioria da população.” (op.cit., p. 273). Do ponto de vista ideológico e político, as muitas desigualdades brasileiras não eram negadas, mas ‘justificadas’ por essas supostas incompetência, ineficácia e ineficiência estatais. O apoio da mídia foi decisivo na difusão dessas ideias.

Pelo lado econômico, a mudança no padrão de alocação do fundo público torna dominante o seu uso regressivo, isto é, a lógica de extrair parcelas crescentes dos recursos arrecadados para remunerar as formas de capital fictício. Na ideologia dominante, essa operação de espoliação de parcela da riqueza nacional é apresentada sob o eufemismo da busca pelo superávit primário e pelo ajuste fiscal. A economia política do acúmulo desses superávits é essencial para que o Estado remunere os capitais nacionais e internacionais investidos na

lógica da acumulação parasitária, e seus impactos mais fortes são os que implicam reduções nos recursos alocados em políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 166-168)

As repercussões sobre áreas sociais são diretas e profundas. A aprovação da Emenda Constitucional 95/2016<sup>13</sup> é o exemplo máximo dessa lógica hegemônica. Trata-se, porém, de uma construção de longa data, em que se observa a atuação ativa de frações da classe burguesa em órgãos decisórios, no caso da educação, nos conselhos, secretarias e outros, ou até mesmo no Ministério da Educação e no Congresso Nacional, no sentido de influenciar o debate em torno da construção e implementação das políticas públicas para a área. Também contam com apoio da mídia, de ONGs, de fundações e de institutos privados para propagar e legitimar suas propostas. (FREITAS, 2014)

Esses setores participaram ativamente da disputa em torno das propostas para elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024), conseguindo em grande medida instituir estratégias de médio e longo prazo que implicariam maior margem de captura do fundo público para o setor privado.<sup>14</sup> Alguns estudiosos entendem que essa reorganização entre frações de classe permite qualificar o setor que atua em áreas como a educação como uma “nova burguesia de serviços.” (RODRIGUES, 2007; NEVES, 2002) Noutros termos, uma fração da burguesia se converte em “setor parasitário privilegiado do processo de reforma do Estado e dos padrões de acumulação vigentes” (MINTO, 2014, p. 285), relação fundada na redefinição de

---

<sup>13</sup> Aprovada em 2016, institui um ‘novo regime fiscal’, que, dentre outras consequências, prevê um congelamento de até 20 anos nos gastos destinados às políticas sociais.

<sup>14</sup> Para uma leitura desse processo no caso da Educação Superior, ver Minto (2018). No momento em que este estudo estava sendo revisado, nos aproximamos do final da vigência do atual PNE, ainda sem qualquer indicação de que um novo plano será elaborado.

prioridades políticas e de alocação do fundo público. Para se ter uma ideia disso, as duas maiores empresas atuantes no ensino superior e na educação básica brasileira, respectivamente, Kroton e Somos Educação, possuem em comum o fato de que grande parte de suas receitas advém do fundo público. O Fies respondia por 44% da receita da Kroton, em 2014, correspondendo a cerca de 50,3% de ‘exposição’ ao programa nas matrículas presenciais (HOPER EDUCAÇÃO, 2016, p. 111)<sup>15</sup>; no mesmo ano, as políticas de aquisição e distribuição de materiais didáticos<sup>16</sup> correspondiam a 60,9% da receita da Somos. (GALZERANO, 2022)

As conclusões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, sobre as mudanças instituídas em 2015 no Fies, nos revelam outra dimensão da relação entre setor privado de ensino superior e fundo público:

[...] uma vez que o corte na oferta de contratos novos no Fies não foi acompanhado de redução semelhante do número de ingressantes, pode-se supor que uma parcela significativa de potenciais contratantes do Fies estava apta a ingressar na educação superior privada sem o aporte do financiamento estudantil, e que as regras de contratação do Fies, vigentes no período 2010-2014, suscitararam a ocorrência de um efeito *crowding-out*, uma vez que ofereciam financiamento com taxa de juros mais baixa que a rentabilidade do mercado financeiro, inclusive a da caderneta de poupança. Com isso, parcela significativa dos estudantes teria optado pelo contrato junto ao

---

<sup>15</sup> Somente a Kroton possuía, em 2014, 18,1% de todas as matrículas vinculadas ao Fies.

<sup>16</sup> Referimo-nos à venda de livros didáticos, com destaque para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cuja presença da Somos Educação foi majoritária no período de 2010 a 2018, atuando por meio das editoras Ática, Scipione e Saraiva; e à política de adoção dos chamados sistemas privados de ensino, em que a Somos atuava com dez diferentes marcas. Ambos os tipos de materiais (livros didáticos e Sistemas) são fornecidos para as redes públicas e privadas de ensino. (GALZERANO, 2022).

Fies ao longo desse período, mesmo dispondo de capacidade financeira para arcar com o pagamento das mensalidades escolares. (IPEA, 2017, p. 35-36)

Os dados indicados permitem concluir que o programa funcionava também como uma forma de ‘trocar’ o pagamento regular das mensalidades dos estudantes pelo financiamento a baixo custo do Fies, em claro benefício para as instituições.

Não bastasse esse movimento, de acordo com Galzerano (2022), a compra da Somos Educação pela Kroton em 2018<sup>17</sup> pode indicar nova estratégia de expansão dos grupos atuantes no ensino superior privado, haja vista, por um lado, a tendência de estagnação das matrículas e a queda nos contratos com o Fies; por outro lado, as barreiras enfrentadas nas novas fusões e aquisições no nível superior. Recordemos que o Cade reprovou a fusão Kroton/Estácio em 2017, com a alegação de que a operação caracterizaria formação de monopólio. Já na educação básica, as políticas de fornecimento de materiais didáticos seguem em ascensão, principalmente após a homologação da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio, o que tem atraído a atenção de grupos empresariais privados.

### **Considerações Finais**

A crítica que tem sido empreendida aos processos de financeirização da educação, seja no nível superior ou na educação básica, são necessárias e inadiáveis no contexto atual. Mas um alerta

---

<sup>17</sup> A operação movimentou mais de R\$ 4,6 bilhões à época e resultou em uma reorganização; Kroton tornou-se Cogna e foi dividida em quatro subsidiárias, de acordo com suas linhas de atuação: duas voltadas ao ensino superior (Kroton e Platos) e duas à educação básica (Saber e Vasta/ Somos). (GALZERANO, 2022).

se faz importante. Deve-se evitar o equívoco assinalado por Prado (2014) naquilo que ele considera uma ‘tese canônica’<sup>18</sup> sobre a financeirização, que tem influenciado tais debates no campo econômico. Para o autor, quando a análise perde de vista a totalidade do capital enquanto forma social dominante, recorrendo a uma espécie de hierarquização arbitrária e até moral entre capitais (produtivo x improdutivo; industrial x financeiro; normal x disfuncional), também se perde de vista a sua unidade fundamental: “as diferentes formas do capital portador de juros devem ser apresentadas como diferenciações constitutivas da totalidade do capital, as quais têm funcionalidades próprias na organização das relações capitalistas de dominação.” (PRADO, 2014, p. 22-23) Portanto, trata-se de uma crítica superficial “pensar que certos capitais têm – e que outros não têm – legitimidade na apropriação de excedente com base em critérios de ordem funcional ou mesmo moral.” (op.cit., p. 24)

Desse modo, nos termos de uma análise do campo educacional, é mister compreender que a centralidade do capital fictício, bem como seu favorecimento aos processos de concentração e centralização, não implica que uma forma ‘pior’ de acumulação vem a dominar as atividades educacionais, impondo suas demandas ao fundo público. Trata-se do desenvolvimento do modo de produção capitalista e de sua lógica predatória, incontrolável e sempre expansível. Mudam-se as formas, potencializando o seu fetichismo e sua própria percepção, mas a sua natureza social, enquanto capital, permanece a mesma. Erro de tipo similar pode ser cometido quando se tenta relativizar os processos de privatização na educação segmentando-os de acordo com os capitais e tipos de negócio que são

---

<sup>18</sup> O autor se refere às ideias de François Chesnais.

feitos (lucrativos ou não, financeirizados ou não), isso porque no contexto atual torna-se cada vez mais difícil fazer tal separação; as formas de atuação privada, hoje bastante dispersas e executadas por diferentes agentes (bancos, empresas, fundações, organizações), são também cada vez mais inseparáveis, como têm mostrado os estudos de Catini (2020, 2021), Fontes (2020) e Galzerano (2021).

O que há de novo é o modo pelo qual a dominação financeira se apresenta frente às atividades educacionais, impondo-lhe controles e dinâmicas cujo centro irradiador é externo e regulado globalmente nos grandes mercados financeiros, isto é, na forma da distribuição dos ganhos capitalistas provenientes dos setores em que a mais-valia é produzida. Nos termos de Prado (2014, p. 29), a financeirização “indica que o sistema do capital atingiu a sua realização suprema no curso da história.” Poderíamos dizer, em consequência, que em grande medida a educação se torna meio – como qualquer outra mercadoria – para a realização de lucros capitalistas (em grande escala), aquilo que Marx já afirmara no Livro I d’O Capital, a saber, que em nada se altera a relação fundamental do capital se este é investido numa fábrica de salsichas ou de ensino. (MARX, 2013, p. 578)

Com a financeirização, amplia-se significativamente o montante disponível de capitais para ser adiantado às atividades no mercado educacional. O resultado disso é uma dupla sobreposição do interesse privado sobre a educação, pois, além de as empresas educacionais terem nas suas atividades um meio para a obtenção de lucros, também os investidores do setor financeiro – inclusive estrangeiros – o terão. Ambos entram na divisão da mais-valia produzida socialmente (GALZERANO, 2022). O Estado não é secundário nesse processo, apesar da proclamada defesa neoliberal por sua ‘minimalização’. Políticas como o Fies, Prouni, Pronatec e o PNLD, financiadas pelo fundo público, por isso, se tornam



mecanismos fundamentais para que as empresas privadas garantam sua rentabilidade, bem como a do conjunto de capitais investidos nas suas atividades. E quanto mais as estratégias dos grupos educacionais se misturam com o poder econômico e político criado pelo capital fictício, maior sua capacidade de captura do fundo público, mesmo quando não há, propriamente, uma variação na proporção entre matrículas ou instituições públicas e privadas.

A maior complexidade do processo de privatização da educação no capitalismo contemporâneo requer, ainda, mencionar uma segunda dimensão, que se articula dialeticamente com essa dupla lógica de sobreposição do privado ditada pela financeirização: a da disputa crescente pelo controle das instituições educativas. À formulação clássica de uma educação que, por um lado, visa preparar a força de trabalho (como qualificação ou mero treinamento) para o mercado de compra e venda dessa mercadoria, e que, por outro lado, forma cultural, moral e ideologicamente os indivíduos, acrescenta-se agora uma nova dinâmica em que parcelas crescentes da população não estão sendo preparadas para serem incorporadas formalmente no mundo do trabalho, mas sim para se adaptarem ao fato de que, talvez, nunca o sejam. Portanto, o conteúdo dessa formação é basicamente voltado a produzir essa adequação resiliente a um mundo de precariedades e incertezas (no trabalho, na vida e na reprodução de modo geral), ao qual os indivíduos precisam se conformar.<sup>19</sup>

Em síntese, o interesse privado no campo educacional contemporâneo está permeado por uma maior abrangência do capital em relação a toda a sociabilidade humana, numa situação em que as atividades educacionais podem se tornar espaços privilegiados para a

---

<sup>19</sup> Essa nova dinâmica vem dando corpo a um mercado crescente de produtos e serviços educacionais que orbita em torno das chamadas competências socioemocionais.

acumulação, seja na forma direta do mercado ou do chamado terceiro setor, seja pela influência sobre as políticas e a organização da educação estatal. Mas, como qualquer outra esfera da atividade humana, a educação não está condenada fatalmente ao jugo dos interesses da acumulação capitalista. Formas de resistência e de luta contra hegemônicas (ocupações, greves, formação de coletivos de professores/as e estudantes, lutas sindicais e outras) também compõem o cenário do desenvolvimento educacional atual, mantendo-o contraditório e aberto.

## Referências

ADRIÃO, T. (Coord.). *Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local*. 2011. 109 p. Relatório de Pesquisa – Unicamp.

BALL, S.; YOUDELL, D. Hidden privatization in public education. Education International: *5th World Congress*, July 2007. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000231830>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 2.

BELFIELD, C.; LEVIN, H. *Education privatization: causes, consequences and planning implications*. Paris: Unesco, 2002.  
NETTO, J. P., BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. vol. 1. São Paulo: Cortez, 2012.

BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CALEFFI, P.; MATHIAS, A. *Universidade S. A.: as companhias de capital aberto da educação superior no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CARCANHOLO, M. D. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, E. et al. (org.). *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. 1. ed. Fortaleza: EdUECE; Bauru, SP: Canal 6, 2018. p. 23-55.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, jul./set., 2013.

CASSIANO, C. F. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. SP: Editora Unesp, 2013.

CATINI, C. de R. Educação bancária, com um Itaú de vantagens. *Germinar: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 90-118, abr. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43748>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CATINI, C. de R. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, São Paulo, n. 127, p. 53-68, out.-

dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

CHESNAIS, F. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 2. p. 109-139, 1994.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *The crisis of early 21st century: a critical review os alternative interpretations*. Disponível em: <[https://wapescholar.elsevierpure.com/ws/portalfiles/portal/8599569/The\\_Crisis\\_of\\_the\\_Early\\_21st\\_Century\\_General\\_Interpretation\\_Recent\\_Developments\\_and\\_Perspectives.pdf](https://wapescholar.elsevierpure.com/ws/portalfiles/portal/8599569/The_Crisis_of_the_Early_21st_Century_General_Interpretation_Recent_Developments_and_Perspectives.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e o Marxismo*, v.8, n.14, p. 15-35, jan./jun. 2020.

FOSTER, J. B. The Financialization of Capitalism. *Monthly Review*, 58, 11; p. 1-12, apr. 2007.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

GALZERANO, L. S. *Educação à venda: ação empresarial e financeirização no Brasil*. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

GALZERANO, L. S. Políticas educacionais em tempos de pandemia. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 1, p. 123-138, jan./abr. 2021.

GOMES, H. (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras expressões, 2015.

GOMES, H. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras expressões, 2015a, p. 13-29.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERRERA, R. Prefácio: o capital fictício no centro da crise. In: GOMES, H. (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras expressões, 2015.

HOPER EDUCAÇÃO. Análise setorial da educação superior privada – Brasil. [Paulo Presse (Org.)]. Foz do Iguaçu, PR, jun. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas sociais: acompanhamento e análise – n. 25. Brasília, DF: IPEA, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31656&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31656&Itemid=9)>. Acesso em: 08 out. 2018.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob a regência da financeirização. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, mai.-ago. 2018.

MARQUES, R.; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, jan./abr. 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v. 4. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINTO, L. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MINTO, L. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, Epub. fev. 2018.

MINTO, L. Governo e educação novamente *golpeados*: consequências para o nível superior e o trabalho docente. In: MACEDO; NOVAES; LIMA FILHO (Org.). *Movimentos sociais e*

*crises contemporâneas*. Vol. 3. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2018a. p. 293-309.

MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “terceiro setor”. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 27-49.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. *Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 1, jan.-jun. 2013.

NEVES, L. M. W. (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PARRA-BERNAL, G.; SCHINCARIOL, J. Brazil education sector to boost bankers' dealflow. *Reuters*, Business, Sep. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-brazil-education-finance-idUSBRE9830EH20130904#YsPvVccwPzYr8LAQ.97>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

PAULANI, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25/26, p. 105-120, 2. sem. 2010 e 1. sem. 2011.

PINHEIRO, D. *Educação sob controle do capital financeiro: o caso do Programa Nacional do Livro Didático*. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFRJ.

PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização. *Crítica marxista*, Campinas, n. 39, p. 13-34, 2014.

PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (Org.). *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. p. 89-112. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13399>>. Acesso em: agosto de 2020.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

RODRIGUES, J. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEKI, A. K. O capital financeiro no ensino superior brasileiro (1990-2018) [recurso eletrônico]. Florianópolis, SC: Editoria em Debate/UFSC, 2021.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez., 2015.



SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

SHAIKH, A. La primera gran depresión del siglo XXI. *Sinpermiso*, n.9, s/p, jul. 2011.

SILVA JUNIOR, J.R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil, ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5-27, maio-ago. 2005.

TASQUETTO, L. S. Comercialização da educação superior: a definição das posições negociadoras entre o regulador educacional e o negociador comercial. In: PEIXOTO, M. G. *O capital global na educação brasileira*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016. p. 57-76.